



# A euro-região económica de Galiza, Norte de Portugal

**Joam Lôpes Facal**

Artigos publicados em Revista Portuguesa de Gestão, ano 16, nº 3 (jul/ago/set 2001).



<http://www.agal-gz.org>



## A região galaico duriense. (I) Um prefácio galego.

[**Aclaração oportuna para leitores/as portugueses/as** O autor do presente artigo vê-se na obriga de aclarar que a norma lingüística em que está redigido nom é a que vigora oficialmente na Galiza mas umha das normas alternativas propostas polos *reintegracionistas* galegos, partidários da defesa da soberania lingüística do galego no seu confronto secular com o idioma castelhano. O autor tem assistido a freqüentes encontros entre galegos e portugueses onde o idioma de relação tacitamente eleito era o castelhano ou espanhol e sempre considerou que esse comportamento tinha algo de menosprezo pola mais grande criação comum de galegos e portugueses: a língua que os individualiza. O autor finalmente espera que a norma empregada, que pretende ser respeitosa com as duas variantes do idioma comum, venha a ser de cómoda e fácil leitura.]

O ingresso efectivo da Espanha e Portugal na CE a 1.01.86 - precedida da solene assinatura dos correspondentes Tratados de Adesom, em actos quase simultâneos no lisboeta Mosteiro dos Jerónimos e no madrileno Palácio de Oriente, no verao do ano anterior- constitui umha data decisiva na normalização de umhas relações políticas e económicas mirradas por séculos de indiferença mútua que apenas ocultava umha atitude de desconfiança, bem compreensível de certeza pola parte portuguesa. O nascimento da UE e do mercado unificado europeu com o Tratado de Maastricht, assinado a finais do ano 1991, e, finalmente, a já iminente adopção da moeda europeia comum a começos do ano 2002, sinalam acontecimentos irreversíveis que tornam arcaicos, matéria de historiadores em definitiva, velhos pleitos esgrimidos como indiscutíveis sinais de soberania que identificavam - que separavam- países e cidadãos.

Pessoalmente nom tenho a menor dúvida de a grande dádiva de Europa a Galiza e a Portugal nom estar nos generosos fundos estruturais que melhorárom estradas, pontes e caminhos. O autêntico donativo reside na abolição de umha fronteira económica que isolava a Galiza polo Sul e Portugal polo Norte. Umha fronteira esvaecente que contemplara morte e destruição a meio do século XVII, como tam vividamente relatara o economista ilustrado galego Lucas Labrada nessa alegação geral em favor da Galiza que som as suas “Observaciones generales sobre la poblacion, agricultura, lencerias, cañamos, cosecha de seda y pesca de Galicia”, de 1804. Europa banuiu, afortunadamente, umha fronteira que a galegos e portugueses nos defendia apenas de nós próprios.

É certo que a venerável fronteira hispano-portuguesa, talvez a mais velha da Europa, é demasiado comprida, 1215 Km. Contudo, quase podemos afirmar que, no seu conjunto, a fronteira talvez pouco separa. Umha fronteira rarefacta de densidade humana económica e vegetal nom é propícia para a relação pessoal nem para a transacção económica; se esquecemos, em aras da precisom, o curso final do Guadiana. A raia galega é outra cousa; desde o rio compartilhado em Valença-Tui até às vilas coirmãs de Chaves e Verim -autênticos *check point* nos tempos do muro fechado- com Braga no centro e o Porto na retaguarda, o espaço transminhoto forma de sempre um tecido comum. O corte histórico foi aqui traumático como rápida é a sua recomposição a partir do litoral compartilhado, autêntico caminho franco por fim expedito. Naturalmente, a razão de fundo da cordial proximidade galaico portuguesa nom está na orografia, nem na botânica, nem sequer na geografia humana; a razão última reside na história e na língua comum que me permite agora expressar-me neste romance ocidental compartilhado que os galegos nom quigemos esquecer e Portugal soubo tornar em vínculo universal da lusofonia. O idioma de Pessoa.

Nom faríamos estrita justiça à verdade se déssemos em reescrever agora umha história em chave de perpétua nostalgia mútua por umha separação imposta por circunstâncias históricas adversas. A desconfiança presidiu frequentemente as relações galego portuguesas; talvez por vezes mesmo prevaleceu a tentação da desconsideração e o menosprezo, tam habitual entre vizinhos. Fortes contingentes de galegos emigram a Lisboa desde o século XVIII. A construção do Aqueduto primeiro

e a reedificação da cidade após o terramoto de 1755 convocárom nutridas partidas de trabalhadores da pedra e dos serviços urbanos e domésticos. Artífices robustos e competentes; na Galiza nunca faltou pedra, nem senhores. Estimam-se em 60 000 os galegos avizinados em Portugal a meados do século XVIII, contingente que ascendeu a 80 000 a começos do século XIX. As duas terceiras partes viviam em Lisboa onde representavam a oitava parte da populaçom.

Os galegos, *a galegada*, foi parte inevitável do imaginário pitoresco lisboeta. O *Kalendário* para 1884 incluía a historieta Os Galegos, desenhada pola pena mordaz, talvez no fundo cordial como as relaçoms do Virellas com o *menino* Alfredo, de Bordalo Pinheiro. A opiniom que o desenhador reflecte sobre *a galegada* é a previsível do janota alfacinha, do peralta desocupado e trocista diante do montanhês rústico, cobiçoso e ingénuo. Umha opiniom idêntica à do senhorito madrileno ou do galego amadrilenado, objecto da zombaria sarcástica, a força de compassiva com todos os Virellas (Vilela, Varela?) da Galiza de Castela, o fundador do moderno patriotismo galego.

A euro-regiom galaico portuguesa estende-se, do ponto de vista geográfico, do Cabo Ortegal, na costa norte de Lugo, ao Rio Douro. Do ponto de vista administrativo o problema é mais complexo devido à falta ou imprecisom de um esquema regional em Portugal. Galiza é actualmente umha das 17 comunidades autónomas espanholas, embora tenha reconhecida a condiçom de *comunidade histórica* na Constituiçom de 1978, como o País Basco e a Catalunha. A Comunidade histórica galega é um fruto serôdio da geraçom de Castela. Galiza conta hoje com um Parlamento e Governo próprios, como é sabido; gere um orçamento de 1,125 billóns de pesetas (6 750 millóns de euros), o que dá ideia aproximada do nível de competências assumidas. A Região Norte de Portugal é umha demarcaçom administrativa, realmente umha área de planificaçom do nível NUT II, sobre a que opera a C.C.R.N., a Comissão de Coordenação da Região do Norte. Compreende os distritos de Braga e Bragança, Vila Real, Porto e Viana do Castelo, junto com parte dos distritos de Aveiro, Guarda e Viseu. Esta assimetria relativamente às competências e de representaçom comporta talvez estorvos à inevitável convergência que a Comunidade de Trabalho da Junta da Galiza e a C.C.R.N. tratam de atenuar.

A euro-regiom, tal como está hoje configurada, tem umha extensom de 51 mil Km<sup>2</sup> (Galiza 29,6; a Região Norte de Portugal 21,3), umha populaçom de 6,4 millóns de habitantes (Galiza 2,7; a R.N. 3,7) com um PIB conjunto que provavelmente se situe nos 60.000 millóns de euros no ano 2000 (51.000 em 1997), gerado a partes iguais por galegos e norportugueses, e 632.000 trabalhadores na indústria transformadora. Umha associaçom, como se observa, notavelmente equilibrada em dimensom económica e social. Umha equidade de princípio que oculta, contudo, divergências e desequilíbrios que podemos sintetizar em duas afirmaçoms genéricas que merecerám umha reflexom posterior:

- A Região Norte de Portugal nom só é a mais povoada mas é também a mais expansiva demograficamente. Também é a mais activa do ponto de vista laboral e de distribuiçom mais concentrada, devido ao peso decisivo da cidade do Porto.
- A economia galega manifesta umha produtividade superior á norportuguesa apesar do carácter nomeadamente industrial da Região Norte em comparaçom com o peso ainda importante das actividades agrarias e pesqueiras na Galiza.

É o momento de olhar de perfil a economia galega. De um ponto de vista genérico pode ser caracterizada de periférica, quer no que diz respeito às áreas de concentraçom económica da UE, como dos Estados ibéricos: o eixo do rio Ebro (País Vasco, Navarra, Saragoça, Catalunha) e o litoral mediterrâneo (Valência) na Espanha, o contorno lisboeta em Portugal. Compartimos estas características com os minhotos e transmontanos portugueses.

Umha visom sintética permite acrescentar os traços básicos que caracterizam a economia da Galiza.

**Produção, emprego e produtividade da economia galega**

Galiza, 1998 (*)	VAB prezos básicos (10 <sup>6</sup> pesetas)		% Espanha		Empregos (10 <sup>3</sup> emp.)		% Espanha		Produtividade (10 <sup>3</sup> pts/emp.)	
Agricultura	241.516	5,5	7,6		180,6	17,4	16,5		1.337	31,7
Pesca	98.206	2,2	42,0		29,9	2,9	48,3		3.284	77,8
Energia, petróleo, água	268.177	6,1	8,9		10,1	1,0	7,7		26.552	628,8
Indústria manufactureira	733.276	16,7	4,8		163,3	15,7	5,9		4.490	106,3
Construção	409.583	9,3	6,6		101,3	9,8	7,3		4.043	95,7
Serviços de mercado	2.112.643	48,2	4,9		359,5	34,7	5,7		5.877	139,2
Serviços de nom mercado	693.550	15,8	5,8		192,7	18,6	6,2		3.599	85,2
SIFMI	-176.234	-4,0	5,5							
	<b>4.380.717</b>	<b>100,0</b>	<b>5,5</b>		<b>1.037,4</b>	<b>100,0</b>	<b>7,0</b>		<b>4.223</b>	<b>100,0</b>

(\*) Contabilidade Regional de Espanha. Resultados provisórios  
INE, julho 2001.

Galiza é um país relativamente atrasado dentro do estado espanhol: 5,5 % do produto económico gerado com 7 % do emprego: 79% da produtividade média espanhola, em consequência. Naturalmente, a produtividade agregada melhoraria aritmeticamente com a eliminação das actividades agrárias e pesqueiras; estratégia tam lógica como absurda, nom só porque estes ramos da actividade guardam o cerne antropológico da comunidade dos galegos e a inveterada grei dos padroeiros e cuidadores das terras, os caminhos e as fontes da pátria da velha Gallaecia, mas por que, sem o peixe (645 mil tm., incluído o peixe congelado, 41% da produção espanhola), a madeira (6,5 millóns de m<sup>3</sup> com casca, 40 % da produção espanhola) e o leite (2,2 millóns de m<sup>3</sup>, 36 % da produção espanhola), a indústria galega sofreria umha contracção intolerável. Nom faltam problemas a resolver no campo galego, embora estejam esperando um turno que nom dá chegado: o rejuvenescimento e associação do campesinato, a exploração racional do monte inculto, o desenvolvimento dos cultivos hortícolas de qualidade e tantos outros.

O facto de a Galiza contribuir com 40/50% à economia pesqueira espanhola nom é de admirar. Com 1 200 Km de costas, Galiza concentra 31% do litoral peninsular espanhol (3 900 Km), e, de certeza, supera em longitude o generoso litoral continental português (845 Km). Nom é sem motivo que os pesqueiros e empresas mistas galegas operem hoje em todos os mares do mundo. Os galegos já comiam marisco nos seus castros 500 anos a.C. A cousa vem de longe.

Um peso notável em produção energética -22,5 millóns de Mwh, procedente em 30/40% das barragens galegas (20/25% da produção hidroeléctrica espanhola, 9/10% da termoeléctrica apesar da Galiza nom ter instalações termonucleares)- permite-lhe a Galiza alimentar um dos maiores complexos de produção de alumínio da Europa e exportar energia ao resto da Espanha.

Umha opiniom tradicional, fruto da preguiça e o tópicu, pretende ainda caracterizar a Galiza actual como um país agrário, arcaico e brumoso. Que Galiza é um país de clima atlântico, mesmo nor-atlântico, finistérico, nom é assunto em discussom. As chuvas espanholas entram sempre pola Galiza como quotidianamente nos recordam os televisivos mapas do tempo. De resto, Galiza conta com umha indústria moderna e em pleno processo de internacionalização comercial e a vaca tradicional e totémica convoca diariamente a umha variada frota de veículos refrigerados procedentes de todas as empresas espanholas do sector. No processado industrial do leite, a empresa galega está surpreendentemente ausente.

Reestruturadas com fortes prejuízos económicos e laborais importantes empresas e sectores herdados do precário tecido industrial franquista (mineração, produção de fertilizantes, siderurgia nom integral, boa parte da construção naval...), desenvolvêrom-se com pujança os elaborados da madeira (Finsa, Tafisa, Ence...), a confecção (Zara, Adolfo Domínguez...), a indústria alimentar (Pescanova, Coren...) e, naturalmente, a expansiva indústria do automóvel (Citroën: 8.040 empregados,

437.349 veículos por ano, 633 mil millóns de pesetas em exportações: mais de 50% das vendas galegas fora da Espanha).

A Galiza que tenta crescer em mercados abertos enquanto olha com interesse crescente o seu sócio natural português, tam próximo e tam longínquo, pouco tem a ver com o cliché literário incessante e imperturbável. Galiza deixou de pertencer a Valle Inclán como Portugal a Aquilino Ribeiro, contudo, quem vai negar a nossa radical peculiaridade galega ou portuguesa? Quem negará esse inegável ar de família –embora mudemos com os anos- que assemelha sem engano possível os dous povos que acampam a ambas as beiras do Minho?

## **A região galaico duriense. (II) Demografia, produtividade, divergências.**

Demografia e produtividade som os dous fios condutores que nos vām aproximar das particularidades sócio-económicas da Galiza e a Região Norte e dalgum dos problemas que defrontam.

A demografia - a estrutura etária, as taxas de actividade e emprego, a distribuição espacial da população- constitui a primeira assimetria manifesta entre os dous territórios de aquém e além Minho.

Os 6,3 milhões de habitantes da euroregião Galiza-Norte de Portugal distribuem-se ao Norte e ao Sul do Minho em proporções aproximadas de 44%/56%. A população da Galiza contribui com 6,8% à espanhola, a da Região Norte com 36% à portuguesa. A contribuição demográfica de ambos os sócios transfronteiriços à população euro regional aparece equilibrada, as divergências decisivas saltam na estrutura etária e na actividade laboral.

Galiza (2.724.544 em 1998) tem 13% de população juvenil (16/24 anos), a Região Norte (3.592.400 em 1999) 18,2%; Galiza tem 19,3% de população idosa (mais de 65 anos), a Região Norte 12,9%. Expressado em termos absolutos; a Região Norte tem 653,3 milhares de moços, Galiza somente 355,6; Galiza conta com 525,8 milhares de idosos, a Região Norte com 462,9.

A primeira consequência desta distribuição é fatal para a Galiza que se manifesta incapaz já de manter a sua população depois de ter nutrido de generosos contingentes migratórios dous continentes (em Buenos Aires aos espanhóis chamam-lhes de *gallegos*). A taxa de natalidade galega situa-se actualmente em 6,81 por mil habitantes e ano e a de mortalidade em 10,32, a taxa de contracção demográfica atinge assim 3,5 por mil da população cada ano. Um problema que começa, com razão, a alarmar. No Norte de Portugal as taxas respectivas som 12,2 e 9,1 que asseguram unha taxa de crescimento vegetativo de 3,1 por mil. A consequência para a euroregião é a de estagnação demográfica o que oculta na verdade umha reestruturação do povoamento com crescimento para o Douro.

Do ponto de vista galego o problema agrava-se pola baixa taxa de actividade (população activa sobre a total em idade de trabalhar) e de ocupação (população ocupada sobre a activa). Simplificando a questom, Galiza registava 978,8 milhares de ocupados sobre umha população total de 2 724, 5 no primeiro trimestre do ano 2001 e a Região Norte 1 806,6 sobre 3 585,4. As respectivas taxas de emprego sobre a população total situam-se, portanto, em 0,359 e 0,504. Na Região Norte trabalham 14,5 pessoas mais que na Galiza por cada 100 habitantes.

Galiza nom dá defendido o seu acervo demográfico nem consegue gerar trabalho para os seus cidadãos activos; a Região Norte, em troca, cresce e oferece emprego aos seus. Umha diferença muito relevante que terá as suas consequências, ainda que temperadas talvez pola superior produtividade da economia galega a que, de imediato, nos referiremos.

Outro aspecto muito importante do ponto de vista económico é o da distribuição urbana. As cidades som entidades criadoras de iniciativa, de mercados, de sinergias produtivas.

O sistema urbano galego consta de sete cidades com duas em destaque: Vigo e a Corunha, embora nengumha delas lidere mais do que a sua comarca de influência, mais ou menos dilatada. Quatro delas estão enfiadas pola auto-estrada litoral que une a Galiza com Portugal e concentra o dinamismo económico e a aglomeração urbana (Ferrol, Corunha, Santiago, Ponte Vedra e Vigo). As duas cidades restantes mantem fortes ligações com as cidades reitoras ao Norte a ao Sul: Lugo com Corunha e Ourense com Vigo. Em conjunto conformam umha rede urbana próxima do milhom de habitantes que reúne 35,6% da população actual do país.

### O sistema urbano da euroregiom

Lugo	86.620	3,2			
Ferrol	82.548	3,0			
Corunha	243.134	8,9			
Santiago	93.584	3,4			
Ourense	107.965	4,0			
Ponte Vedra	73.871	2,7			
Vigo	283.110	10,4			
<b>Sistema urbano</b>	<b>970.832</b>	<b>35,6</b>			
<b>Galiza</b>	<b>2.724.544</b>	<b>100,0</b>			
			18 Cidades médias (*)	354.547	9,9
			Porto (AMP) (**)	<b>547.224</b>	<b>15,3</b>
			<b>Sistema urbano</b>	<b>901.771</b>	<b>25,2</b>
			<b>Região Norte</b>	<b>3.585.350</b>	<b>100,0</b>

Galiza: Padrom municipal 1998.

Região Norte: INE 1998, CCRN 1996.

(\*): Viana do Castelo, Braga, V.N. De Famalicão, Chaves, etc.

(\*\*): A cidade do Porto regista umha população de 270.060, o Grande Porto de 1.196.850.

A Região Norte, polo contrário, concentra 15,3% da sua população na conurbação portuense. A sua área metropolitana supera comodamente a população conjunta da Corunha e Vigo com as suas comarcas de influência. O Grande Porto com 1,2 milhões de habitantes concentra a terceira parte da população regional. Secundariamente, um sistema de 18 cidades qualificadas de médias no *modelo territorial simplificado* da C.C.R.N. recolhem mais 360 mil habitantes, das quais poderiam pôr-se em destaque os 108.537 habitantes urbanos do Cádavo (Barcelos mais Braga) e os 103.628 do Ave (V.N. de Famalicão, Sto. Tirso, Guimarães e Fafe). Tampouco a Galiza carece deste tipo de cidades: Narom, Vila Garcia, Betanços...

A hegemonia económica e demográfica do Porto é em qualquer caso inegável, facto singular que semelha o modelo urbano norportuguês ao caso catalão com a centralidade absoluta de Barcelona presidindo a organização habitacional da Catalunha.

A auto-estrada do atlântico, talvez reforçada por umha via férrea de alta velocidade num futuro ainda incerto é o autêntico espinhaço da euroregiom ao comunicar um espaço demográfico urbano de 2 milhões de habitantes com notável dinamismo económico.

A manifesta superioridade demográfica da Região Norte, potenciada pela forte concentração urbana portuense, vê-se temperada por umha maior diversificação produtiva e produtividade da economia galega. É interessante examinar com algumha atenção este facto.

Talvez a apresentação mais directa deste traço diferencial seja mediante a análise das cifras macro-económicas. As primeiras estimações do INE para o P.I.B. a preços de mercado da Região Norte no ano 1997 apontam para os  $5,602 \cdot 10^{12}$  esc. ( $28,299 \cdot 10^9$  ecu ao câmbio de 197,96 esc./ecu) para umha população de 3,58 milhões de habitantes nessa altura. As estimativas correspondentes ao mesmo ano para o Galiza apontam a umha cifra de  $4,531 \cdot 10^{12}$  pta. ( $27,313 \cdot 10^9$  ecu a um câmbio de 165,89 pta/ecu) para umha população de 2,72 milhões de habitantes.

Sen entrarmos a discutir as eventuais diferenças imputáveis aos respectivos tipos de câmbio adoptados para o ecu no ano 1997 ou a imprecisions estatísticas, os produtos per capita resultantes viriam situar-se nos 7.905 ecu/habitante para a Região Norte e nos 10.042 para a Galiza. A renda primária por habitante da Galiza seria 27% superior. O facto é tanto mais surpreendente quanto que a Galiza mantém umha significativa quota da sua força de trabalho em actividades primárias, de produtividade reconhecidamente inferior, como tivemos ocasiom de comprovar.

O facto de a Galiza desfrutar de rendimentos brutos por habitante superiores aos da Região Norte nom deve levar-nos à tirar a conclusom apressada de umha notória superioridade em bem-estar dos galegos em relação com os portugueses do Norte. De umha parte os ingressos efectivos dos cidadãos de umha e outra margem incluem e excluem conceitos que modificam a importância das rendas primárias geradas (amortizações, impostos, transferências), de outra, é preciso ponderar os efeitos da actividade ou subactividade social -emprego ou desemprego- e também os do custo da vida.

Com efeito, sem entrarmos a discutir os efeitos dos ajustes necessários para passar das rendas primárias geradas pola economia às rendas disponíveis polas famílias e limitando-nos a umha análise sobre aquelas, quer dizer, em termos de P.I.B., os dados disponíveis permitem-nos constatar que o forte desequilíbrio das respectivas produtividades (P.I.B./OCUP) em favor da Galiza atenua-se notavelmente ao passarmos às rendas primárias per capita (P.I.B./POB), devido à elevada taxa de emprego da população norportuguesa (OCUP/POP). Finalmente, a Região Norte atinge um P.I.B. superior ao da Galiza como consequência da sua superioridade demográfica:  $P.I.B. = (P.I.B./OCUP).(OCUP/POP).POP$

O tema do bem-estar relativo da Galiza e a Região Norte nom termina aqui. O segundo informe da Comissom das Comunidades Europeias sobre Coesom económica e social de 31/01/2001 reconhece um índice de P.I.B. por habitante medido em termos de paridade de poder de compra superior na Região Norte no ano 1998: 66% da média comunitária a Região Norte, 64% a Galiza. A diferença, que em qualquer caso nom poder ser qualificada de espectacular, é devida ao efeito do maior poder de compra relativo do salário português em comparação com o galego, efeito que nom é recolhido na sua integridade quando se opera em termos de tipos de câmbio corrente de cada moeda europeia com o ecu ou o euro. A superioridade da Região Norte sobre a Galiza em termos de P.I.B. per capita medidos conforme ao poder de compra produziu-se de facto 5 vezes na série decenal 1988/1998, com um resultado indeciso para o ano 1993. As instituições estatísticas comunitárias sentenciam empate, um bom resultado para um jogo amistoso que nom fijo mais do que começar.

É escusado lembrar que estamos operando com valores médios, os resultados referentes às áreas urbanas da euroregiom situam-se a um nível muito superior ao do conjunto, ultrapassando com certeza os 75% da média comunitária. É na difusom espacial da produtividade e dos índices de bem-estar onde residem os problemas.

Macromagnitudes		Galiza	Região Norte	G/RN
PIB	(10 <sup>9</sup> ecu)	27,313	28,299	0,965
Ocupados	(10 <sup>3</sup> hab.)	978,800	1806,600	0,542
Populaçom	(10 <sup>3</sup> hab.)	2724,544	3585,35	0,760
PIB/OCUP	(ecu/ocup.)	27,905	15,664	1,781
OCUP/POP		0,359	0,504	0,713
PIB/POP	(ecu/hab.)	10,025	7,893	1,270

Como quer que for, um facto deve ser destacado, o inferior nível de produtividade da Região Norte provoca um nível de remuneração por empregado menor do que na Galiza. Os níveis de produtividade e remuneração ao trabalho estão estreitamente relacionados. Em termos muito gerais, as rendas primárias geradas repartem-se entre trabalhadores e proprietários, figuras que às vezes podem coincidir como no caso dos agricultores proprietários, comerciantes ou hoteleiros. O padrom de distribuição apresenta umha grande estabilidade no tempo, no contorno de 50% para cada participante.



O que afirmamos do conjunto da economia pode em geral ser afirmado de cada umha das mercadorias lançadas ao mercado, cujo valor conjunto denominamos P.I.B.. Não pode admirar, em consequência, que a remuneração dos trabalhadores ocupados propenda a situar-se numha proporção do P.I.B. gerado pelos mesmos. Em outras palavras, os salários anuais por empregado tendem a flutuar por volta de umha quota (50%, digamos, para o conjunto da economia) da produtividade expressa também em P.I.B. por empregado.

As cifras da economia galega e norportuguesa confirmam esta análise. No ano 1995 a contribuição da indústria transformadora ao P.I.B. de Galiza a preços de mercado alcançava os 3 169 milhões de ecu com uns custos de pessoal de 2 096; as cifras correspondentes à Região Norte eram de 5 081 com 3 462 milhões de ecu de custos de mão de obra. Os contingentes laborais respectivos eram de 122 888 empregados na indústria transformadora galega e de 501 120 na norportuguesa.

De estas cifras deduz-se que as produtividades por trabalhador ocupado na indústria galega e na da Região Norte eram de 25 788 e de 10 139 ecu e as suas respectivas remunerações relativas situavam-se nos 17 056 e 6 909 ecu. Tanto a produtividade como a remuneração por empregado da Região Norte situavam-se a um nível de 39/40% com relação a Galiza. Por outra parte, os trabalhadores industriais galegos absorviam 66% do produto por eles gerado e os norportugueses 68%, facto que talvez aponte para umha maior capitalização da economia galega.

Todas estas razões são altamente significativas e com certeza apontam para divergências no comportamento pretérito das economias espanhola e portuguesa em importantes aspectos como os respectivos modelos de crescimento, inflação e desemprego. A íntima convivência de ambas as economias vai atenuar inevitavelmente as diferenças herdadas e a promover umha dinâmica de convergência.

Em todo o caso, a questão da notável diferença nas taxas de produtividade e de remuneração aquém e além Minho suscita questões sobre as causas da situação actual e as perspectivas de convergência. O que um rio une não o vai separar a economia. A convergência é o horizonte.

## **A região galaico duriense.**

### **(III) Epílogo galaico português.**

A abertura da fronteira económica transminhota véu confirmar um processo de aproximação transfronteiriça irreversível, já muito significativo embora nom tenha alcançado esse patamar que impede a reversom do processo e permita avistar os primeiros efeitos reconhecíveis.

Em todo o caso, o processo começa a ter umha notável amplitude. O mercado português é já altamente significativo para empresas como Pescanova, Zara ou Coren. Mais significativas ainda som as operações de abertura de instalaçõs produtivas além da fronteira através da aquisição ou de instalaçom nova. Casos paradigmáticos de investimento português na Galiza som os da aquisição do grupo *Corporación del Noroeste* por parte da Cimpor no ano1992, por uma quantia de 32.000 milhons de pesetas (nom menos de 260 milhons de euros a preços de hoje), ou a aquisição progressiva do grupo Tafisa –empresa com forte implantaçom na Galiza embora nom estritamente galega- polo grupo Sonae, numha operação inicializada em 1993 e finalizada em 1998 com a plena integraçom na Sonae Indústria. A aquisição do Banco Simeón por parte da Caixa Geral de Depósitos inscreve-se na mesma dinâmica transfronteiriça. Da parte galega destacam operações como as da implantaçom de umha fábrica de Finsa nas proximidades de Viseu (Madibéria: anos 1985/88, em cooperaçom naquela altura com umha Tafisa ainda nom portuguesa) ou a aquisição da S.N. de Produtos Longos, com instalaçõs em Lisboa e Porto, no processo de privatizaçom da Siderurgia Nacional portuguesa por parte da empresa de Ferrol Megasa no ano1995 (aliada para a ocasiom com o grupo multinacional italiano do aço Riva, que posteriormente vendeu a sua participaçom à firma galega).

Nom faltam operações de investimento transfronteiriço protagonizadas por entidades financeiras, como a aquisição da portuense Sogevinus pola Caixa Nova - resultante da recente fusom das Caixas de Vigo, Ourense e Ponte Vedra- ou a abertura no norte de Portugal de fábricas promocionadas polo inquieto e expansivo segmento auxiliar do automóvel viguês: Dalphi Metal, Copo...

Existem argumentos de peso a favor das iniciativas transfronteiriças galegas, tanto do ponto de vista da atençom à demanda transfronteiriça como da potenciaçom da oferta mediante o aproveitamento das vantagens de proximidade, e a moderaçom salarial relativa. Do ponto de vista da procura, o mercado português é já, para todos os efeitos, mercado doméstico, ainda que com características próprias e, o que é mais interessante de um ponto de vista de estratégia empresarial, nalguns segmentos, o mercado português segue ao espanhol com um desfasamento que alguns observadores estimam em até 10 ou15 anos para certos artigos de consumo. Na perspectiva de oferta, o argumento empresarial básico é o da moderaçom dos custos de mao de trabalho em Portugal, vantagem esta potenciada polo escasso impacto dos custos logísticos e de administraçom dada a proximidade à sede empresarial.

A conveniência de empreender iniciativas de abertura de centros produtivos em Portugal é assunto mais problemático. No processo de aproximaçom ao mercado português podem-se observar como mínimo três estratégias empresariais básicas. Firmas que consideram Portugal como um simples mercado final, próximo e acessível sem necessidade de multiplicar o investimento em instalaçõs de carácter produtivo mas, se é o caso, de índole comercial como lojas ou armazéns reguladores. Empresas que consideram conveniente a sua presença produtiva no mercado vizinho embora considerem imprudente ou gravoso acometer umha aventura em solitário, razom que as orienta a escolher procedimentos de entrada *suaves* como a associaçom com um empresário local ou a atençom a oportunidades de aquisição ou da evoluçom das suas cifras de vendas, a fim de minimizar os riscos inerentes ao deslocamento a um meio económico menos conhecido.

Finalmente estariam as empresas que consideram a opção de produzir no novo mercado um imperativo incondicionado devido às vantagens estratégicas da operação a longo prazo, nomeadamente as relativas à tomada de posição num mercado promissor.

Pescanova ou Coren estariam no primeiro grupo; o estaleiro viguês Rodman Polyships - que adquiriu um pequeno estaleiro em Portugal - Conafi - a Finsa, na operação de compra de Bresfor Industria do Formol nas proximidades de Aveiro no ano 1996, ou a própria Megasa, com a aquisição de parte da Siderurgia Nacional portuguesa poderiam ser exemplos do segundo comportamento. Por fim, pertenceria ao terceiro tipo de comportamento o projecto Madibéria de Viseu, empreendido em conjunto por Finsa e Tafisa no ano 1985 e de propriedade hoje do grupo compostelano, no desenvolvimento de uma estratégia incondicionada que tinha provavelmente como objectivo primário naquela altura o acesso à matéria-prima portuguesa em condições favoráveis.

A aquisição por Cimentos de Portugal, Cimpor, do grupo de cimento viguês Corporación do Noroeste, e a da Tafisa pelo grupo portuense Sonae som, igualmente, iniciativas estratégicas portuguesas orientadas à tomada de posições no mercado ibérico com importante repercussão na configuração patrimonial da indústria galega. Em ambos os casos o objectivo evidente era aceder ao controlo de uma quota importante do mercado espanhol nos seus produtos de referência: o cimento no caso de Cimpor e os painéis de madeira no caso da Sonae.

Em definitiva existiriam duas linhas argumentais justificativas do atractivo do mercado português e do alargamento produtivo além da fronteira. Argumento de demanda: existe uma receptividade diferencial positiva do mercado português potenciada por um certo retardamento relativo de aquele mercado nas tendências de consumo e nas técnicas de mercadotecnia: procedimentos de distribuição, qualidade e desenho do produto, publicidade... Argumento de oferta: existem vantagens relativas no desenvolvimento de actividades manufactureras em Portugal em razão dos baixos custos no mercado de trabalho e do moderado impacto dos custos adicionais de carácter logístico e administrativo, dada a proximidade geográfica e sociológico-cultural do alargamento da rede produtiva.

Do ponto de vista português o obstáculo principal à difusão produtiva transfronteiriça reside nos custos operacionais além da fronteira, muito especialmente os de carácter salarial. A operação no mercado galego, e, em geral no espanhol, poderia trazer, em compensação, consequências favoráveis em termos de melhoria da produtividade - dada a taxa diferencial constatada a este respeito em magnitudes macro-económicas - e de tomada de posição num mercado doméstico mais amplo e diversificado.

O facto de poder contar com importantes grupos empresariais a ambos os lados da fronteira minhota, empenhados nalguns casos num processo de diversificação, é uma garantia adicional de futuros processos de convergência estratégica. A Sonae-Indústria ou o holding Amorim som dois exemplos desta factos do lado português. Não há corporações com esta pujança e orientação multisectorial de tipo *holding* na Galiza - se exceptuarmos as entidades financeiras na actualidade proclives à aquisição de participações empresariais - mas sim empresas bem dimensionadas com evidente potencial de internacionalização de actividades, quer de carácter vertical quer horizontal. Ficam, é claro, vetustos estereótipos que vencer que às vezes fazem acto de presença na opinião pública ou publicada da Galiza e de Portugal. Assim, parece ser que o investimento de procedência noreuropeia é de uma qualidade incomparável a respeito daquele de procedência transfronteiriça imediata, sempre suspeito de ocultar inconfessáveis propósitos hegemónicos e lucrativos. São as consequências da excessiva proximidade que por vezes dificulta a visão. Nada grave em definitiva, um simples caso de hipermetropia por vizinhança, doença circunstancial de cronistas apressados pouco dados à reflexão económica.

Resta por explicar as causas das diferentes taxas de produtividade observadas a ambos os lados da fronteira e as estratégias adequadas para estimular o seu progresso. A questão não é simples como não o é nenhuma explicação das raízes microeconómicas dos comportamentos detectados a nível macro. Do ponto de vista macro-económico a produtividade não é mais do que produção média por empregado (VAB/empregado) num sector económico determinado ou no conjunto da economia.

Em geral, o crescimento da produtividade tem causas estruturais (abatimento dos sectores ou segmentos económicos intensivos em trabalho ou com desemprego disfarçado), tecnológicas (incremento da produtividade física pelo incremento da capitalização por empregado ou por inovações no equipo produtivo, na logística, no aproveitamento dos *inputs* e dos subprodutos), da qualificação profissional (tanto a nível directivo quanto a mão de obra, o *learning by doing*), de desenho do produto e a sua apresentação, que incrementa o valor da mercadoria, do contorno económico em que se desenvolve a empresa (redução de custos financeiros, de armazenagem, de serviços empresariais avançados). Um campo longo e promissor onde a concorrência, a emulação e a cooperação empresarial estimulada pela queda da fronteira económica produzirá frutos persistentes. Não há mais que pensar nos efeitos positivos da Citroën sobre o estilo das relações interempresariais desde o momento da sua implantação em Vigo afinal dos anos cinquenta.

Galiza mira para o sul; as suas relações com a Região Norte nada têm a ver em magnitude e potencialidade com as relativas às comunidades vizinhas, Astúrias ou Castela e Leão. As concentrações económicas espanholas ficam longe a pesar da lenta melhoria das comunicações. O atractivo mútuo da concentração urbana e industrial de Vigo e Porto é um facto inegável. O rápido incremento constatado nas transacções comerciais transfronteiriças não faz mais do que confirmar a hipótese da crescente convergência de interesses por mais que ainda devam ser qualificados de incipientes.

A Região Norte tem uma grande pujança demográfica e uma constatada vocação industrial: 77 em cada 100 empregados em actividades industriais na euro região pertencem à Região Norte. Duas características especialmente úteis para um país como a Galiza envelhecido e de industrialização precária.

Também a Galiza, com um amplo autogoverno, notável autonomia financeira e uma indústria moderna, ainda que um tanto limitada em dimensão e territorialmente pouco conexa, pode contribuir em forma importante à conformação desse espaço económico comum que deve brigar por um reequilíbrio atlântico da economia peninsular ibérica. Uma nova centralidade atlântica que sirva de contrapeso à uma situação periférica compartida que tanto contribuiu a manter a singularidade de Galiza e de Portugal a custo de fortes gravames em termos de desenvolvimento.

Os frutos desta associação não devem ser medidos apenas em termos de prosperidade e bem-estar. A recuperação da velha irmandade galaico portuguesa, que floresceu quando os cancioneros medievais e que persiste hoje no património comum mais valioso de que dispomos - uma língua nascida neste mesmo território - vai-se ver favorecida. A história às vezes gosta de voltar sobre os seus passos e não sempre para repetir como farsa o que fora em tempos epopeia e, no nosso caso, talvez lhe esteja reservado a restauração de um espaço europeu singular.

**Joam Lôpez Facal** (Toba, Cee, A Corunha, 3/02/1940). Engenheiro Industrial Superior (E.T.S.I.I., Madrid) e economista (U.S.C. e de U. de Madrid, Somosaguas). Foi deputado no Parlamento Galego por Esquerda Galega. Actualmente é Profesor Asociado na U.S.C.

Revisão textual: Valentim R. Fagim  
Maquetação: Luz Castro

A presente edição de  
**A euro-região económica de Galiza, Norte de Portugal**  
é distribuída pela **GZe-ditora**,  
projecto editorial electrónico da  
Associação Galega da Língua (**AGAL**),  
inserido no **Portal Galego da Língua**.  
<http://www.agal-gz.org>

Próximas publicações:  
*O dia das letras no sistema literário galego. O caminho para o reconhecimento da  
autoridade da Academia* - Roberto L.I. Samartim.